



**2021PORTUGAL.EU**  
**Dimensão Parlamentar**

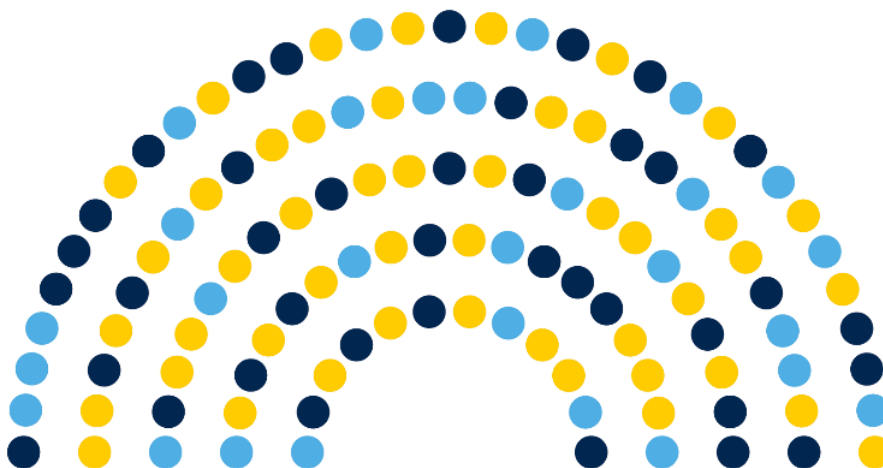
## **Nota de Enquadramento**

### **Defender a Europa: Cooperação UE-NATO e Orientações Estratégicas**

**Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança  
Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa**

**3-4 de março de 2021**

**Portugal**



## NOTA DE ENQUADRAMENTO

### Defender a Europa: Cooperação UE-NATO e Orientações Estratégicas

Apesar de tanto a UE como a NATO terem nascido no rescaldo da Segunda Guerra Mundial e da existência de 21 Estados membros em comum, as relações entre as duas organizações só foram institucionalizadas no início dos anos 2000, com base nas medidas tomadas durante a década de 1990 para promover uma maior responsabilidade europeia em matéria de defesa, no âmbito da cooperação existente entre a NATO e a União da Europa Ocidental (UEO). A extinção da UEO transferiu para a UE as questões de defesa previamente atribuídas à referida organização. No entanto, nunca se deu uma resposta completa à questão de uma verdadeira repartição de encargos entre as duas organizações e entre os dois lados do Atlântico.

A [Declaração NATO-UE de 2002 sobre uma Política Europeia de Segurança e Defesa](#) (PESD) reafirmou o acesso garantido da UE às capacidades de planeamento da NATO para as operações militares próprias da UE. Em 2003, os [acordos de "Berlim Plus"](#) estabeleceram as bases para o apoio da Aliança às operações lideradas pela UE, nas quais nem todos os Estados-Membros da NATO estão envolvidos.

Em 2010, na [Cimeira da NATO de Lisboa](#), os aliados sublinharam a sua determinação em melhorar a parceria estratégica NATO-UE. O Conceito Estratégico de 2010 comprometeu a Aliança a trabalhar mais estreitamente com outras organizações internacionais para prevenir crises, gerir conflitos e estabilizar situações pós-conflito.

A partir desse momento, estruturou-se o conceito de repartição transatlântica de encargos (*burden sharing*) e, atualmente, a UE considera a [cooperação UE-NATO](#) um pilar integrante do trabalho da UE, que visa o reforço da segurança e a defesa europeias, no âmbito da [implementação da Estratégia Global da UE](#).

A exigência dos Estados Unidos de que a Europa assumira uma maior responsabilidade pela segurança europeia e internacional e aumente as suas capacidades militares conduziu ao compromisso de 2 % assumido na Cimeira da NATO de 2014, no País de Gales. Um compromisso em consonância com o de Javier Solana, em fevereiro de 2006, quando convidou os Ministros da Defesa da UE a gastarem mais, a gastarem melhor e a gastarem mais em conjunto.



Em Varsóvia, em julho de 2016, as duas organizações [delinearam áreas de cooperação reforçada](#), tendo em conta os desafios comuns a Leste e a Sul, nomeadamente a luta contra ameaças híbridas, o reforço da resiliência, o desenvolvimento das capacidades de defesa, a ciberdefesa, a segurança e exercícios marítimos. No seguimento do que precede, em dezembro de 2016, os ministros dos negócios estrangeiros da NATO aprovaram uma declaração à qual foram anexadas [42 medidas comuns para prosseguir a cooperação NATO-UE](#). Em dezembro de 2017, foram acordadas [32 medidas adicionais](#), antes de um [novo acordo conjunto](#), em 10 de julho de 2018, centrado em progressos rápidos nos domínios da mobilidade militar, da luta contra o terrorismo e do reforço da resiliência aos riscos químicos, biológicos, radiológicos e nucleares, bem como na promoção da agenda sobre mulheres, paz e segurança.

O desenvolvimento das capacidades de defesa europeias, assegurando simultaneamente a coerência e a complementaridade e evitando duplicações desnecessárias, é fundamental nos esforços conjuntos para tornar a zona euro-atlântica mais segura. O [quarto](#) relatório de progresso sobre a implementação do conjunto comum de propostas aprovadas pela NATO e pela EU, e o último até à data, foi publicado em 17 de junho de 2019.

A UE demorou algum tempo a ponderar levar a sério a responsabilidade pela sua própria segurança e defesa, e mais cinco anos depois de Varsóvia para começar a definir o seu significado em termos de orientações estratégicas. Foi criada uma “Bussola Estratégica” para fornecer essas orientações até 2022, identificar as ameaças e os desafios que a UE enfrenta e dar respostas sobre a forma de os combater. A Bussola Estratégica [deve explicar](#) de que forma a União irá proteger os seus cidadãos, aumentar a sua autonomia estratégica e tornar-se um parceiro global mais forte.

Além disso, a Bussola Estratégica deve definir [o tipo de ator em matéria de segurança e defesa que a UE pretende ser](#), a fim de responder à questão sobre a validade do preâmbulo do Tratado de Lisboa relativo à defesa continua a ser válido: se os europeus continuam «RESOLVIDOS a executar uma política externa e de segurança que inclua a definição gradual de uma política de defesa comum que poderá conduzir a uma defesa comum, de acordo com as disposições do artigo 42.º, fortalecendo assim a identidade europeia e a sua independência, em ordem a promover a paz, a segurança e o progresso na Europa e no mundo».



A cooperação estreita entre a UE e a NATO é um elemento importante para o desenvolvimento de uma «abordagem abrangente» internacional à gestão de crises e às operações, o que requer meios militares e civis.

Com efeito, a Bussola Estratégica deve fornecer respostas num domínio de intervenção no qual, por vezes, até fazer as perguntas certas exige, pelo menos, tanta coragem política como responder-lhes. No entanto, as respostas são necessárias e urgentes. Os gastos com a Defesa estão a aumentar, sem uma resposta clara e coletiva sobre o seu propósito. Enquanto não se obtiverem essas respostas, a despesa não é necessariamente melhor só por ser maior. Deve ficar claro que investir mais, melhor e em conjunto na Segurança e Defesa da Europa constitui a expressão máxima da solidariedade e da coesão, o vínculo que mantém os membros unidos, na União e na Aliança.

Espera-se um primeiro projeto de texto da Bussola Estratégica até novembro, que deverá refletir as ameaças e desafios que a UE enfrenta, bem como aquilo que a UE tem de fazer, à luz das ameaças e dos desafios identificados, nos domínios da gestão de crises e da resiliência, a fim de reforçar a sua capacidade para agir de forma autónoma quando e onde necessário.

**Pontos de debate:**

- De que forma estão os parlamentos envolvidos no trabalho da Bússola Estratégicas? Como se poderia estruturar uma abordagem interparlamentar a nível da UE e seria isso desejável?
- O Tratado de Lisboa exige que a PCSD seja compatível com a Política de Segurança e Defesa da NATO. Será essa compatibilidade necessária e como poderia ser melhorada para além dos acordos de “Berlim Plus” no que diz respeito à política de desenvolvimento de capacidades e armamento?
- Foram regularmente apresentadas propostas para um pilar europeu, ou da EU, na NATO. Como deveria ser esse pilar? O que exigiria? Poderá esta ser uma abordagem realista a seguir? Porquê?
- O artigo 42.º, n.º 7, do TUE prevê uma cláusula de assistência mútua em caso de ataque armado, com duas ressalvas, uma relativa ao carácter específico da política de Segurança e Defesa de determinados Estados-Membros e outra relativa aos compromissos assumidos no âmbito da NATO. Tendo em conta os



âmbitos geográficos e políticos da UE e da NATO, é difícil conceber conflitos que não afetem simultaneamente membros de ambas as organizações, ou conflitos nos quais ambas as organizações não partilhem o mesmo interesse em preservar a liberdade, a paz, a segurança e a estabilidade no espaço euro-atlântico e na sua vizinhança. Deveria responder-se a esta questão a nível político? Como se poderia organizar um diálogo entre os legisladores?

- O Preâmbulo do Tratado de Lisboa declara que os Estados-Membros estão «RESOLVIDOS a executar uma política externa e de segurança que inclua a definição gradual de uma política de defesa comum que poderá conduzir a uma defesa comum, de acordo com as disposições do artigo 42.º, fortalecendo assim a identidade europeia e a sua independência, com vista a promover a paz, a segurança e o progresso na Europa e no mundo». Deveria este nível de ambição ser revisto e, por exemplo, deveria esta questão ser abordada pela Conferência sobre o Futuro da Europa?

